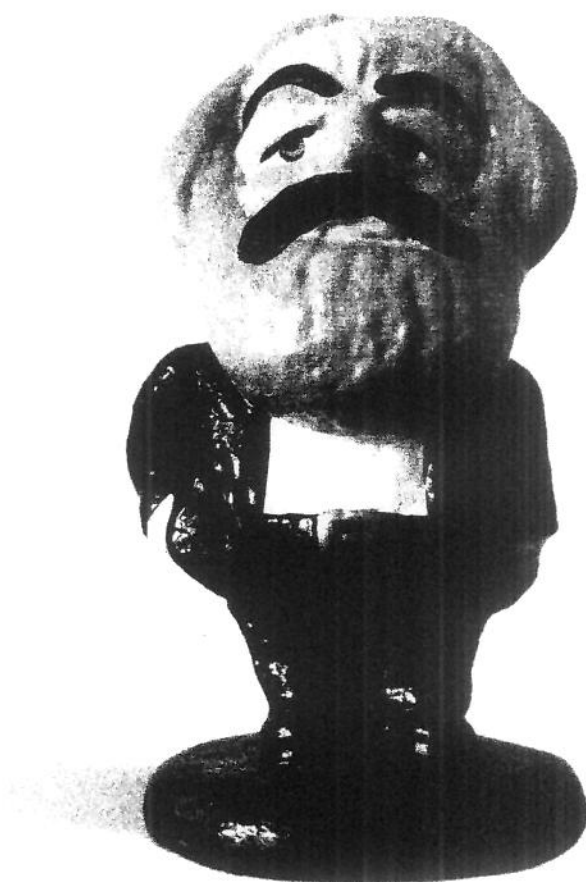


David Harvey

PARA ENTENDER O CAPITAL

Livro I



BOITE MPO
EDITORIAL

Copyright © David Harvey, 2010
Copyright desta tradução © Boitempo Editorial, 2013
Traduzido do original em inglês *A Companion to Marx's Capital* (Londres/Nova York, Verso, 2010)

Coordenação editorial
Ivana Jinkings

Editora-adjunta
Bibiana Leme

Assistência editorial
Alicia Toffani e Livia Campos

Preparação
Mariana Echalar

Diagramação
Crayon Editorial

Capa
Antonio Kehl
sobre escultura de Célio Monteverde

Produção
Livia Campos

Impressão e acabamento
ATRATIVA GRÁFICA

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

H271p

Harvey, David, 1935-

Para entender O capital / David Harvey ; [tradução de Rubens Enderle].
- São Paulo, SP : Boitempo, 2013.

Tradução de: A companion to Marx's Capital
Inclui índice
ISBN 978-85-7559-322-6

1. Marx, Karl, 1818-1883. 2. Capitalismo. 3. Capitalismo - Filosofia. 4.
Socialismo. I. Título.

13-0949.

CDD: 330.122

CDU: 330.85

14.02.13 18.02.13

042773

É vedada a reprodução de qualquer
parte deste livro sem a expressa autorização da editora.

Este livro atende às normas do acordo ortográfico em vigor desde janeiro de 2009.

1ª edição: março de 2013

BOITEMPO EDITORIAL
Jinkings Editores Associados Ltda.
Rua Pereira Leite, 373
05442-000 São Paulo SP

Tel./fax: (11) 3875-7250 / 3872-6869

editor@boitempoeditorial.com.br | www.boitempoeditorial.com.br
www.boitempoeditorial.wordpress.com | www.facebook.com/boitempo
www.twitter.com/editoraboitempo | www.youtube.com/user/imprensaboitempo

I. MERCADORIAS E TROCA

CAPÍTULO 1: A MERCADORIA

ITEM 1: OS DOIS FATORES DA MERCADORIA: VALOR DE USO E VALOR
(SUBSTÂNCIA DO VALOR, GRANDEZA DO VALOR)

Vamos começar com uma análise detalhada do primeiro item do capítulo 1. Procedo assim, em parte, porque Marx apresenta aqui categorias fundamentais de maneira apriorística, de certo modo enigmática, com argumentos do tipo *take-it-or-leave-it* [pegar ou largar], que poderiam ser mais bem elaborados. Mas também quero que você se familiarize o mais rápido possível com o tipo de leitura minuciosa que *O capital* exige, caso queira entendê-lo. Não se preocupe, não vou manter esse nível de intensidade!

A mercadoria é o ponto de partida *a priori* de Marx. “A riqueza das sociedades nas quais reina o modo de produção capitalista”, diz ele, “aparece como uma ‘enorme coleção de mercadorias’¹, e a mercadoria individual, como sua forma elementar. Nossa investigação começa, por isso, com a análise da mercadoria” (113). Mas preste atenção à linguagem. A palavra “aparece” surge duas vezes nessa passagem e, evidentemente, “aparece” não é o mesmo que “é”. A escolha dessa palavra – e fique atento a isso, porque Marx faz um uso abundante dela ao longo d’*O capital* – indica que uma coisa diferente acontece por trás da aparência superficial. Somos imediatamente convidados a refletir sobre o que isso pode significar. Note também que

¹ Karl Marx, *Zur Kritik der Politischen Ökonomie* (Berlim, 1859), p. 3 [ed. bras.: *Contribuição à crítica da economia política*, 2. ed., São Paulo, Expressão Popular, 2008].

Marx está preocupado exclusivamente com o modo de produção capitalista. Ele não se ocupa com os modos antigos de produção, com os modos socialistas de produção ou mesmo com os modos híbridos, apenas com o modo de produção capitalista em forma pura. É importante lembrar disso daqui em diante.

Começar com as mercadorias se revela muito útil, porque qualquer pessoa tem contato e experiências diárias com elas. Estamos constantemente cercados de mercadorias, gastamos tempo comprando, olhando, desejando ou recusando mercadorias. A forma-mercadoria é uma presença universal no interior do modo de produção capitalista. Marx escolheu o denominador comum, algo familiar e comum a todos nós, sem distinção de classe, raça, gênero, religião, nacionalidade, preferência sexual ou o que for. Tomamos conhecimento das mercadorias de maneira cotidiana e, além disso, elas são essenciais a nossa existência: temos de comprá-las para viver.

As mercadorias são negociadas no mercado, e isso leva imediatamente à pergunta: que tipo de transação econômica é essa? A mercadoria é algo que satisfaz uma carência, uma necessidade ou um desejo humanos. É algo externo a nós, de que tomamos posse e transformamos em nosso. Contudo, Marx declara de imediato que não está interessado na “natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação”. Seu único interesse é o simples fato de que as pessoas comprem mercadorias, e esse é um ato fundador do modo como as pessoas vivem. Existem, é claro, milhões de mercadorias no mundo, e todas são diferentes em termos de qualidade material e do modo como são descritas quantitativamente (quilos de farinha, pares de meias, quilowatts de eletricidade, metros de tecido etc.). Marx, porém, desconsidera toda essa imensa diversidade, dizendo que a descoberta das “múltiplas formas de uso das coisas é um ato histórico”, assim como também é um ato histórico “encontrar as medidas sociais para a quantidade das coisas úteis”. Mas ele precisa encontrar um caminho para falar da mercadoria em geral. “A utilidade de uma coisa” pode ser mais bem conceituada como um “valor de uso” (113-4). Esse conceito de valor de uso é vital para tudo que vem em seguida.

Note com que rapidez ele abstrai a incrível diversidade de carências, necessidades e desejos, assim como a imensa variedade de mercadorias, pesos e medidas, para focar o conceito unitário de valor de uso. Isso ilustra um argumento que ele apresenta num dos prefácios, em que diz que o problema da ciência social é que, com ela, não podemos isolar e conduzir experimentos controlados em laboratório, então temos, ao contrário, de usar o poder da abstração para chegar a formas científicas similares de compreensão (77-8). Nessa passagem inicial, o processo de abstração é apresentado pela primeira vez, mas ela certamente não será a única.

Mas “na forma de sociedade que iremos analisar” (isto é, o capitalismo), as mercadorias “constituem, ao mesmo tempo, os suportes materiais [...] do valor de tro-

ca". Devemos tomar cuidado com a palavra "suporte", pois servir de suporte para alguma coisa não é o mesmo que ser essa coisa. As mercadorias são suportes de algo que ainda será definido. Como podemos saber, então, o que é aquilo para que a mercadoria serve de suporte? Quando olhamos para os processos efetivos de troca no mercado, testemunhamos uma imensa variedade de proporções de troca entre, por exemplo, camisas e sapatos, maçãs e laranjas, e essas proporções de troca variam consideravelmente, mesmo entre os mesmos produtos, conforme a época e o lugar. Assim, à primeira vista, é como se as proporções de troca fossem "algo acidental e puramente relativo" (note a palavra "relativo"), de modo que a ideia de um "valor de troca intrínseco, imanente à mercadoria (*valeur intrinsèque*)", "aparece" como "uma *contradictio in adjecto* [contradição nos próprios termos]" (114). Por outro lado, qualquer coisa é, em princípio, intercambiável com qualquer outra. As mercadorias podem continuar mudando de mãos e se movimentando num sistema de trocas. Há algo que faz com que todas as mercadorias sejam comensuráveis na troca. Segue-se daí, "em primeiro lugar: que os valores válidos de troca das mesmas mercadorias expressam uma igualdade. Em segundo lugar, porém: que o valor de troca não pode ser mais do que o modo de expressão, a 'forma de manifestação' de um conteúdo que dele pode ser distinguido". Não se pode dissecar uma mercadoria e encontrar nela aquele elemento que a torna intercambiável. O que a torna intercambiável tem de ser outra coisa, e essa outra coisa só pode ser descoberta quando a mercadoria está sendo trocada (e aqui a ideia de movimento e processo começa a surgir como algo fundamental). Quando a mercadoria troca de mãos, ela expressa, com isso, não apenas algo que diz respeito a suas próprias qualidades, mas às qualidades de todas as mercadorias, isto é, que elas são comensuráveis entre si. Por que elas são comensuráveis, e do que deriva essa comensurabilidade? "Cada uma delas [as mercadorias], na medida em que é valor de troca, tem, portanto, de ser redutível a essa terceira" (115).

"Esse algo em comum", argumenta Marx, "não pode ser uma propriedade geométrica, física, química ou qualquer outra propriedade natural das mercadorias" (115). Isso leva a uma mudança significativa no argumento. Marx é descrito em geral como um materialista empedernido, se não fundamentalista. Tudo tem de ser material para que seja validamente considerado real, mas ele nega que a materialidade das mercadorias seja capaz de nos dizer alguma coisa sobre aquilo que as torna comensuráveis. "Como valores de uso, as mercadorias são, antes de tudo, de diferente qualidade; como valores de troca, elas podem ser apenas de quantidade diferente, sem conter, portanto, nenhum átomo de valor de uso." A comensurabilidade das mercadorias não é constituída por seus valores de uso. "Prescindindo do valor de uso dos corpos das mercadorias, resta nelas uma única propriedade" – e aqui Marx faz mais um daqueles saltos *a priori* por meio de uma

asserção – “a de serem produtos do trabalho” (116). Assim, todas as mercadorias são produto do trabalho humano. O que as mercadorias têm em comum é que são suporte do trabalho humano incorporado em sua produção.

Mas, ele pergunta em seguida, que tipo de trabalho humano é incorporado nas mercadorias? Não pode ser o tempo efetivamente despendido no trabalho – o que ele chama de trabalho concreto –, porque nesse caso uma mercadoria seria tanto mais valiosa quanto mais tempo durasse sua produção. Ora, por que eu pagaria determinado preço por um artigo que alguém levou um bom tempo para produzir, se eu pudesse pagar a metade a alguém que o produziu na metade do tempo? Assim, conclui ele, todas as mercadorias são “reduzid[a]s a trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato” (116).

Mas em que consiste esse trabalho humano abstrato? As mercadorias são resíduos “dos produtos do trabalho. Deles não restou mais do que uma objetividade fantasmagórica, uma simples geleia de trabalho humano indiferenciado [...]. Como cristais dessa substância que lhes é comum, elas são valores – valores de mercadorias” (116).

Que concisão e, no entanto, que riqueza de significado! Se o trabalho humano abstrato é uma “objetividade fantasmagórica”, como podemos vê-lo ou medi-lo? Que tipo de materialismo é esse?

Como você pode notar, Marx não precisou de mais do que quatro páginas, cheias de asserções enigmáticas, para lançar os conceitos fundamentais e conduzir a argumentação do valor de uso para o valor de troca, para o trabalho humano abstrato e, por fim, para o valor como geleia de trabalho humano indiferenciado. É seu valor que torna as mercadorias comensuráveis, e esse valor é tanto ocultado como uma “objetividade fantasmagórica” quanto operante nos processos de troca de mercadorias. Isso leva à pergunta: o valor é realmente uma “objetividade fantasmagórica” ou apenas aparece dessa forma?

Com isso, podemos reinterpretar o valor de troca como “o modo necessário de expressão ou forma de manifestação do valor” (116). Note mais uma vez a palavra “aparição”, mas nesse caso podemos ver a relação pelo lado oposto, porque o mistério sobre o que torna as mercadorias intercambiáveis é entendido agora como um mundo de aparições dessa “objetividade fantasmagórica” chamada valor. O valor de troca é uma representação necessária do trabalho humano incorporado nas mercadorias. Quando vamos ao supermercado, podemos descobrir os valores de troca, mas não podemos ver ou medir diretamente o trabalho humano incorporado nas mercadorias. É essa incorporação do trabalho humano que está presente fantasmagoricamente nas prateleiras. Pense nisso da próxima vez que for ao supermercado e estiver cercado desses fantasmas!

Marx retorna, então, à questão a respeito do tipo de trabalho que está envolvido na produção de valor. O valor é “trabalho humano abstrato [...] objetivado [...]

ou materializado” na mercadoria. Como esse valor pode ser medido? Em primeiro lugar, isso claramente nos remete ao tempo de trabalho. Contudo, como observei ao estabelecer a diferença entre trabalho concreto e abstrato, ele não pode ser o tempo de trabalho efetivamente despendido na produção, pois, desse modo, “quanto mais preguiçoso ou inábil for um homem, tanto maior o valor de sua mercadoria”. Portanto, o “trabalho que constitui a substância dos valores é trabalho humano igual, dispêndio da mesma força de trabalho humana”. Para compreender o que significa esse “dispêndio da mesma força de trabalho humana”, é preciso olhar para “a força de trabalho conjunta da sociedade, que se apresenta nos valores do mundo das mercadorias” (117).

Essa asserção *a priori* tem enormes implicações. No entanto, Marx não trata delas aqui. Sendo assim, devo fazer isso por ele, para que você não entenda mal a teoria do valor. Falar de “força de trabalho conjunta da sociedade” é invocar tacitamente um mercado mundial que foi introduzido pelo modo de produção capitalista. Onde começa e onde termina essa “sociedade”, isto é, o mundo da troca capitalista de mercadorias? Neste exato momento, ela está presente na China, no México, no Japão, na Rússia, na África do Sul – trata-se de um conjunto global de relações. A medida do valor é derivada desse mundo inteiro de trabalho humano. Mas isso também valia, ainda que em menor escala, para a época de Marx. No *Manifesto Comunista*, há uma descrição brilhante daquilo que hoje chamamos de globalização:

Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países [...] ela roubou da indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a ser destruídas diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas – indústrias que já não empregam matérias-primas nacionais, mas sim matérias-primas vindas das regiões mais distantes, e cujos produtos se consomem não somente no próprio país mas em todas as partes do mundo. Ao invés das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, surgem novas demandas, que reclamam para sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e de climas os mais diversos. No lugar do antigo isolamento de regiões e nações autossuficientes, desenvolvem-se um intercâmbio universal e uma universal interdependência das nações.*

É nesse terreno global dinâmico de relações de troca que o valor é determinado e redeterminado continuamente. Marx escreveu num contexto histórico em que o mundo se abria muito rapidamente para o mercado global pela navegação a vapor,

* Karl Marx e Friedrich Engels, *Manifesto Comunista*, cit., p. 43. (N. E.)

pelas estradas de ferro e pelo telégrafo. E ele entendeu muito bem que o valor não era determinado no nosso quintal, ou mesmo no interior de uma economia nacional, mas surgia de um mundo inteiro de troca de mercadorias. E aqui ele usa novamente o poder da abstração para chegar à ideia de unidades de trabalho homogêneo, em que cada uma "é a mesma força de trabalho humana que a outra, na medida em que possui o caráter de uma força de trabalho social média e atua como tal força de trabalho social média", como se essa redução à forma de valor ocorresse efetivamente no comércio mundial.

Isso permite que ele formule a definição crucial do valor como "tempo de trabalho socialmente necessário", que "é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer sob as condições socialmente normais existentes e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho". E conclui: "apenas a quantidade de trabalho socialmente necessário ou o tempo socialmente necessário de trabalho para a produção de um valor de uso pode determinar a sua grandeza de valor" (117). Temos aqui a definição que você esperava. É, porém, apenas uma definição contingente, porque é interna ao conceito de "sociedade" – mas onde a sociedade começa ou termina? Ela é fechada ou aberta? Se essa sociedade é o mercado mundial, como ela certamente deve ser, então...?

Uma das razões por que Marx dispensou essa apresentação enigmática do valor de uso, do valor de troca e do valor é que qualquer um que tenha lido Ricardo poderia dizer: "Isso é Ricardo!". E é de fato puro Ricardo, com exceção de um acréscimo. Ricardo enfatizou o conceito de tempo de trabalho como valor. Marx usa o conceito de tempo de trabalho *socialmente necessário*. O que Marx fez foi reproduzir o aparato conceitual ricardiano e, ao que parece, inserir inocentemente uma modificação. Mas essa inserção, como veremos, faz uma enorme diferença. Somos imediatamente forçados a perguntar: o que é socialmente necessário? Como isso é estabelecido, e por quem? Marx não dá uma resposta imediata, mas esse é um tema que percorre de ponta a ponta *O capital*. Quais são as necessidades sociais embutidas no modo de produção capitalista?

Essa continua sendo para nós a grande questão. Será verdade, como disse certa vez Margaret Thatcher, que "não há alternativa", o que, de certo modo, equivale a dizer que as necessidades sociais que nos rodeiam são impostas tão implacavelmente que não temos escolha senão nos conformar? Em seu fundamento, isso remete à questão primordial sobre por quem e como os "valores" são estabelecidos. É claro que gostamos de pensar que temos nossos próprios "valores", e a cada eleição nos Estados Unidos há uma discussão interminável sobre os "valores" dos candidatos. Mas o que Marx diz é que há certo tipo e medida de valor que é determinado por um processo que não compreendemos e que não depende necessariamente de uma escolha consciente, e o modo como esses valores são impostos a nós tem de ser ana-

lisado. Se queremos entender quem somos e qual é o nosso lugar nesse turbilhão de valores, temos de começar entendendo como os valores das mercadorias são criados e produzidos, e quais são suas consequências – sociais, ambientais, políticas etc. Quem acha que pode resolver uma questão tão séria como o aquecimento global sem ter de enfrentar por quem e como é determinada a estrutura de valor fundadora da nossa sociedade engana a si mesmo. Por isso Marx insiste que temos de entender o que são os valores da mercadoria e as necessidades sociais que os determinam.

Os valores da mercadoria não são grandezas fixas. Eles são sensíveis, por exemplo, a mudanças na produtividade:

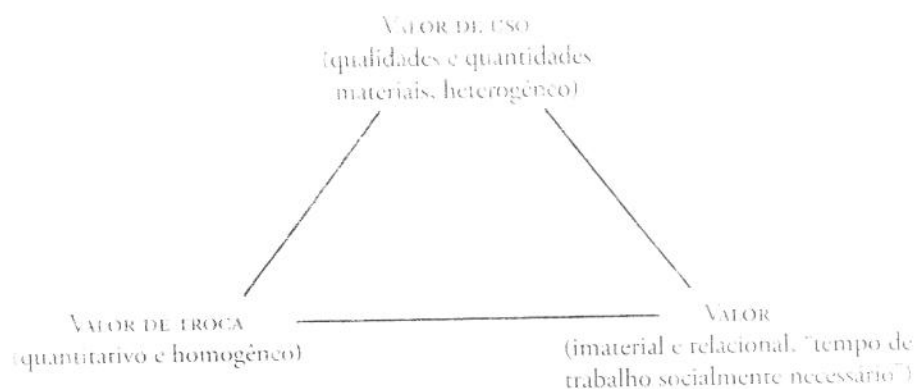
Após a introdução do tear a vapor na Inglaterra, por exemplo, passou a ser possível transformar uma dada quantidade de fio em tecido empregando cerca da metade do trabalho de antes. Na verdade, o tecelão manual inglês continuava a precisar do mesmo tempo de trabalho para essa produção, mas agora o produto de sua hora de trabalho individual representava apenas metade da hora de trabalho social e, por isso, seu valor caiu para a metade do anterior. (117)

Isso chama nossa atenção para o fato de que o valor é sensível a revoluções na tecnologia e na produtividade. Grande parte do Livro I é dedicada à discussão das origens e do impacto das revoluções na produtividade e das revoluções subsequentes nas relações de valor. Mas não são apenas as revoluções na tecnologia que são importantes, porque o valor é determinado “por múltiplas circunstâncias, dentre outras pelo grau médio de destreza dos trabalhadores, o grau de desenvolvimento da ciência e de sua aplicabilidade tecnológica” – Marx é muito cuidadoso com o significado da tecnologia e da ciência para o capitalismo – “a organização social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais” (118). Um vasto conjunto de forças pode interferir nos valores. As transformações no ambiente natural ou a migração para lugares com condições naturais mais favoráveis (recursos mais baratos) revolucionam os valores. Os valores das mercadorias estão sujeitos, em suma, a um poderoso conjunto de forças. Marx não faz uma categorização definitiva de todos eles; quer apenas nos alertar que aquilo que chamamos de “valor” não é uma constante, mas está sujeito a perpétuas transformações revolucionárias.

Ocorre então uma virada peculiar em seu argumento. Exatamente no último parágrafo desse item, ele reintroduz a questão dos valores de uso. “Uma coisa pode ser valor de uso sem ser valor.” Respiramos ar e até hoje não conseguimos engarrafá-lo e vendê-lo como mercadoria, apesar de eu ter certeza de que alguém já pensou em fazer isso. Do mesmo modo, “uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano sem ser mercadoria”. Planto tomates em meu quintal para comê-los. De

fato, muitas pessoas sob o capitalismo fazem uma série de coisas para elas mesmas (em especial com certa ajuda de lojas do tipo "faça você mesmo"). Grande parte da atividade laboral (em particular na economia doméstica) é realizada à margem da produção de mercadorias. Esta última requer a produção não apenas de valores de uso, mas também de "valores de uso para outrem". Não apenas valores de uso para o senhor feudal ou o arrendador, como faria o servo, mas valores de uso destinados a outrem por intermédio do mercado. Isso implica, porém, que "nenhuma coisa pode ser valor sem ser objeto de uso. Se ela é inútil, também o é o trabalho nela contido, não conta como trabalho e não cria, por isso, nenhum valor" (119). Algumas páginas antes, Marx parece ter dispensado e abstraído os valores de uso para chegar ao valor de troca e, por meio deste, ao valor. Mas aqui ele diz que, se a mercadoria não satisfaz uma carência, um desejo ou uma necessidade humana, ela não tem valor nenhum! Em suma, você tem de poder vendê-la para alguém em algum lugar.

Vamos refletir um instante sobre a estrutura desse argumento. Começamos com o conceito singular de mercadoria e estabelecemos seu caráter duplo: ela tem um valor de uso e um valor de troca. Os valores de troca são uma representação de algo. De quê? Uma representação de valor, diz Marx. E valor é tempo de trabalho socialmente necessário. Mas o valor não significa nada, se não voltar a se conectar com o valor de uso. O valor de uso é socialmente necessário para o valor. Há um padrão nesse argumento, e ele se parece com o seguinte:



Vamos considerar agora as implicações desse argumento. Você compra uma mercadoria chamada casa. Você está mais interessado em seu valor de uso ou em seu valor de troca? Provavelmente, você está interessado em ambos. Mas há aqui uma oposição potencial. Se você quiser realizar plenamente o valor de troca da casa, terá de ceder o valor de uso a outrem. Se quiser o valor de uso, então difícil-

mente terá acesso ao valor de troca, a menos que faça uma hipoteca reversa ou um empréstimo garantido por hipoteca. Incrementos no valor de uso da casa significam incrementos em seu valor de troca potencial? (Uma nova cozinha provavelmente sim; uma construção especial para um *hobby* provavelmente não.) É o que acontece com nosso mundo social quando uma casa que foi concebida sobretudo em termos de valor de uso é reconcebida como uma forma de gerar poupança de longo prazo (um montante de capital) para uma família da classe trabalhadora ou mesmo como um veículo que será “passado adiante” por qualquer um que tenha acesso a crédito com o intuito de obter um ganho especulativo de curto prazo? Essa dicotomia entre valor de uso e valor de troca é muito útil!

Vamos considerar o argumento mais detalhadamente. A mercadoria, um conceito singular, tem dois aspectos. Mas não podemos dividir a mercadoria ao meio e dizer que uma parte é o valor de troca e a outra é o valor de uso. Não, a mercadoria é uma unidade. Mas dentro dessa unidade há um aspecto dual, e esse aspecto dual nos permite definir algo chamado valor – outro conceito unitário – como tempo de trabalho socialmente necessário, e é a este último que o valor de uso de uma mercadoria serve de suporte. Mas, para ter valor, a mercadoria tem de ser útil. Essa relação entre valor e valor de uso suscita todo tipo de questão sobre a oferta e a demanda. Se a oferta é muito grande, o valor de troca cai; se a oferta é muito pequena, o valor de troca sobe – portanto, há aqui um elemento de oferta e demanda envolvido nos “aspectos acidentais e relativos” do valor de troca. Mas, por trás dessas flutuações, o valor pode permanecer constante (desde que permaneçam constantes todas as outras forças que determinam o valor, por exemplo a produtividade). Marx não está tão interessado na relação entre oferta e demanda. O que ele quer saber é como se devem interpretar as proporções de troca entre mercadorias – como camisas e sapatos – quando a oferta e a demanda estão em equilíbrio. Nesse caso, precisamos de um tipo diferente de análise que aponte para o valor como geleia dessa substância social chamada tempo de trabalho socialmente necessário. Até agora, desconsideramos tacitamente, sem perceber, as condições de oferta e demanda no mercado para falar dos valores das mercadorias (com oferta e demanda em equilíbrio) como tempo de trabalho socialmente necessário.

Como o método dialético de Marx funciona aqui? Podemos dizer que os valores de troca originam o valor? São os valores de troca que originam o valor de uso, ou o inverso? Essa não é uma análise causal. Ela diz respeito a relações, a relações dialéticas. Podemos falar de valor de troca sem falar de valor de uso? Não, não podemos. Podemos falar de valor sem falar de valor de uso? Não. Em outras palavras, não podemos falar de nenhum desses conceitos sem falar dos outros. Eles são mutuamente dependentes, são relações numa totalidade de determinado tipo.

Reconheço que usar a palavra “totalidade” é desfraldar uma enorme bandeira vermelha em certos círculos intelectuais. Marx não tinha a menor ideia do que viria a ser o estruturalismo e menos ainda o pós-estruturalismo. Devemos ter cuidado ao tratar do pensamento marxiano à luz dessas categorias (a meu ver, ele não se encaixa nelas de modo nenhum). Contudo, Marx certamente ambicionava entender o modo capitalista de produção como uma totalidade, de modo que a única questão que é importa é exatamente que conceito de totalidade ele tinha em mente? O que ficamos sabendo nesse item é que essa totalidade pode ser mais bem apreendida por meio do triunvirato formado pelos conceitos de valor de uso, valor de troca e valor, construídos em torno da mercadoria. Ele reconheceu, porém, que os valores de uso são incrivelmente diversos, os valores de troca são acidentais e relativos e o valor tem (ou parece ter) uma “objetividade fantasmagórica”, que está sujeita a perpétuas revoluções impostas por mudanças tecnológicas e reviravoltas nas relações sociais e naturais. Essa totalidade não é estática e fechada, mas fluida e aberta, portanto em perpétua transformação. Seguramente, não se trata de uma totalidade hegeliana, mas não podemos acrescentar mais nada até que tenhamos avançado na leitura do texto.

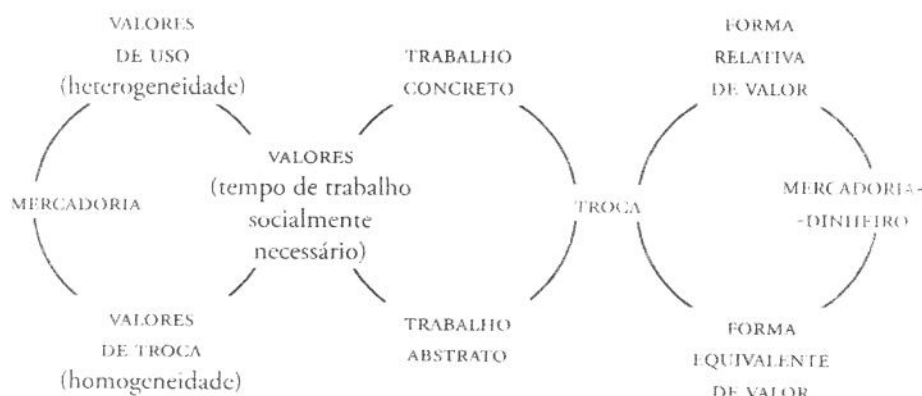
Até aqui, a história pode ser resumida assim: Marx declara que seu objetivo é desvendar as regras de operação de um modo de produção capitalista. Ele parte do conceito de mercadoria e imediatamente estabelece seu caráter duplo: valor de uso e valor de troca. Como os valores de uso sempre estiveram a nossa volta, eles dizem pouco sobre a especificidade do capitalismo. Portanto, Marx os deixa de lado a fim de estudar os valores de troca. À primeira vista, a razão de troca entre as mercadorias parece acidental, mas o próprio ato de troca pressupõe que todas as mercadorias têm algo em comum, algo que as torna comparáveis e comensuráveis. Esse caráter comum das mercadorias, como afirma Marx enigmaticamente, é o fato de serem todas produto do trabalho humano. Como tal, elas incorporam “valor”, definido de início como o trabalho (médio) socialmente necessário para produzi-las em dadas condições de produtividade. Mas, para que o trabalho seja socialmente necessário, é preciso que alguém, em algum lugar, queira, necessite ou deseje a mercadoria, o que significa que o valor de uso tem de ser reintroduzido no argumento.

Na análise que se segue, estes três conceitos – valor de uso, valor de troca e valor – são mantidos numa relação contínua e, às vezes, tensa entre si. Marx raramente considera um desses conceitos à parte: o que importa são as *relações entre eles*. No entanto, com frequência, ele examina a relação entre apenas dois deles, e deixa o terceiro tacitamente de lado. Ao estender-se sobre o caráter duplo do tra-

balho incorporado na mercadoria no segundo item. Marx foca a relação entre o valor de uso do trabalho e o valor que esse trabalho útil incorpora (mantendo constante o valor de troca). No item seguinte, ele deixa de lado o valor de uso e examina a relação entre valor de troca e valor para explicar a origem e o papel do dinheiro. É importante perceber essas mudanças de foco à medida que o argumento é desenvolvido, porque as afirmações feitas em cada item dependem sempre do conceito que foi deixado de lado.

Há ainda outro modo de argumentação aqui que exige ser explicado para que possamos prosseguir. Partindo do valor de uso e do valor de troca – uma dicotomia –, Marx chega ao conceito unitário de valor, que tem a ver com o trabalho humano, entendido como “tempo de trabalho socialmente necessário” (117). Mas que tipo de trabalho humano é socialmente necessário? A procura por uma resposta revela outra dualidade, aquela entre trabalho concreto (efetivo) e trabalho abstrato (socialmente relevante). Essas duas formas de trabalho convergem novamente no ato unitário da troca de mercadorias. No entanto, o exame desse momento da troca revela outra dualidade, desta vez entre as formas relativa e equivalente de valor. Esses dois modos de expressão do valor são reunidos no surgimento de uma mercadoria – a mercadoria-dinheiro – que funciona como um equivalente universal em relação a todas as outras. O que vemos aqui é um padrão na argumentação, um desenvolvimento gradual do argumento que funciona por oposições convertidas em unidades (como a forma-dinheiro) que interiorizam uma contradição, a qual, por sua vez, gera outra dualidade (a relação entre processos e coisas, as relações materiais entre pessoas e as relações sociais entre coisas). Esse é o método dialético que Marx utiliza nessa argumentação e, como veremos, em todo *O capital*.

Apresentamos abaixo tal padrão de argumentação num diagrama simples:



O mapeamento da argumentação facilita muito a compreensão do conjunto. Torna-se mais fácil situar o conteúdo dos itens na linha geral do argumento. Isso não é lógica hegeliana em sentido estrito, porque não há um momento final de síntese, apenas um momento temporário de unidade na qual é interiorizada outra contradição – uma dualidade – que, para ser compreendida, exige um desenvolvimento subsequente do argumento. É assim que o processo de representação de Marx se desdobra n' *O capital* – e trata-se de fato de um desdobramento, e não de uma dedução lógica. Ele constrói uma estrutura argumentativa em torno da qual todos os tipos de questões conceituais podem ser acomodados, de modo que, à medida que avançamos, temos uma compreensão cada vez mais ampla das relações internas que mantêm o capitalismo em perpétuo estado de unidade contraditória e, portanto, em perpétuo movimento.

ITEM 2: O DUPLO CARÁTER DO TRABALHO REPRESENTADO NAS MERCADORIAS

Marx inicia esse item com a modesta afirmação de que “essa natureza dupla do trabalho contido na mercadoria foi criticamente demonstrada pela primeira vez por mim. Como esse ponto é o centro em torno do qual gira o entendimento da economia política, ele deve ser examinado mais de perto” (119). Como no item 1, ele parte dos valores de uso. Estes são produtos físicos, produzidos por trabalho útil, “concreto”. A enorme heterogeneidade das formas de processos de trabalho concreto – alfaiataria, sapataria, fiação, tecelagem, agricultura etc. – é importante porque, sem ela, não haveria base para nenhum ato de troca (pois obviamente ninguém quer trocar produtos similares) ou nenhuma divisão social do trabalho.

Valores de uso não podem se confrontar como mercadorias se neles não residem trabalhos úteis qualitativamente diferentes. Numa sociedade cujos produtos assumem genericamente a forma da mercadoria, isto é, numa sociedade de produtores de mercadorias, essa diferença qualitativa dos trabalhos úteis, executados separadamente uns dos outros como negócios privados de produtores independentes, desenvolve-se como um sistema complexo, uma divisão social do trabalho. (120)

Marx introduz aqui um tema metodológico que repercute em todos os capítulos: o movimento que vai da simplicidade à maior complexidade, dos simples aspectos moleculares de uma economia de troca até uma compreensão mais sistêmica. Desse modo, ele se desvia da regra de olhar para as relações a fim de examinar as propriedades universais do trabalho útil. E faz isso porque o trabalho, “como criador de valores de uso, como trabalho útil [...] é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais”. O trabalho útil é uma “eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana” (120).

Essa ideia de “metabolismo”, em que o trabalho serve de mediador entre a existência humana e a natureza, é central para o argumento materialista-histórico de Marx. Ele retornará a essa ideia em diversos pontos d'*O capital*, embora nunca a desenvolva plenamente. Isso também é típico de seu procedimento. O que ele diz é: “Veja, há algo importante aqui, você deveria pensar sobre isso [nesse caso, a relação com a natureza]. Não examinarei essa questão em todos os seus detalhes, mas, antes de passar a outras matérias de interesse mais imediato, quero destacar que ela é significativa”. “Os valores de uso”, diz ele, “são nexos de dois elementos: matéria natural e trabalho”. Por isso, “ao produzir, o homem pode apenas proceder como a própria natureza” (120). Este é outro ponto fundamental: tudo que fizemos tem de ser consistente com a lei natural.

[Podemos] apenas alterar a forma das matérias. Mais ainda: nesse próprio trabalho de formação ele é constantemente amparado pelas forças da natureza. Portanto, o trabalho não é a única fonte dos valores de uso que ele produz, a única fonte da riqueza material. O trabalho é o pai da riqueza material, como diz William Petty, e a terra é a mãe. (120-1)

Com a ajuda dessa metáfora geracional – que remonta, no mínimo, a Francis Bacon –, Marx introduz uma distinção crucial entre riqueza (o total de valores de uso sob o comando de alguém) e valor (o tempo socialmente necessário de trabalho que esses valores de uso representam).

Marx retorna, então, à questão dos valores para comparar sua homogeneidade (todos são produto do trabalho humano) com a vasta heterogeneidade dos valores de uso e das formas concretas de trabalho. Diz ele:

Alfaiataria e tecelagem, embora atividades produtivas qualitativamente distintas, são ambas dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos etc. humanos e, nesse sentido, ambas são trabalho humano. Elas não são mais do que duas formas diferentes de se despendar força humana de trabalho. No entanto, a própria força humana de trabalho tem de estar mais ou menos desenvolvida para poder ser despendida desse ou daquele modo. Mas o valor da mercadoria representa unicamente trabalho humano, dispêndio de trabalho humano. (121-2)

Isso é o que Marx chama de trabalho “abstrato” (59-61). Esse tipo de generalidade do trabalho contrasta com a miríade de trabalhos concretos que produzem valores de uso efetivos. Ao criar esse conceito de trabalho abstrato, Marx afirma que está apenas espelhando uma abstração produzida por um intercâmbio extensivo de mercadorias.

Assim, ele conceitua o valor em termos de unidades de trabalho abstrato simples; esse padrão de medida “varia, decerto, seu caráter em diferentes países e épocas culturais, porém é sempre dado numa sociedade existente”. Aqui encontramos mais uma vez uma estratégia adotada com frequência n’*O capital*. O padrão de medida é contingente no espaço e no tempo, mas, para os propósitos da análise, é assumido como dado. Além disso, prossegue Marx, “trabalho mais complexo vale apenas como trabalho simples *potenciado* ou, antes, *multiplicado*, de modo que uma quantidade menor de trabalho complexo é igual a uma quantidade maior de trabalho simples”:

Que essa redução ocorra constantemente é algo mostrado pela experiência. Mesmo que uma mercadoria seja o produto do trabalho mais complexo, seu *valor* a equipara ao do produto do trabalho mais simples [...]. Para fins de simplificação, de agora em diante consideraremos todo tipo de força de trabalho diretamente como força de trabalho simples, com o que apenas nos poupamos o esforço de redução. (122)

Marx jamais especifica qual “experiência” tem em mente, o que torna essa passagem altamente controversa. Na literatura especializada, ela é conhecida como o “problema da redução”, pois não fica claro como o trabalho qualificado pode ser e é reduzido ao trabalho simples, independentemente do valor da mercadoria produzida. Tal como na proposição sobre o valor como tempo de trabalho socialmente necessário, a formulação de Marx parece enigmática, se não displicente. Ele não explica como a redução é feita, simplesmente supõe, para os propósitos da análise, que isso é assim e prossegue com tal base. Isso significa que as diferenças qualitativas que experimentamos no trabalho concreto, útil, e a heterogeneidade deste são reduzidas aqui a algo puramente quantitativo e homogêneo.

O que Marx defende, claro, é que os aspectos abstrato (homogêneo) e concreto (heterogêneo) do trabalho são unificados no ato laboral unitário. Não é como se o trabalho abstrato ocorresse em uma parte da fábrica e o trabalho concreto em outra. A dualidade reside no interior de um processo singular de trabalho, por exemplo na fabricação de uma camisa, que incorpora o valor. Isso significa que não só não pode haver incorporação de valor sem o trabalho concreto de confeccionar camisas, como também não podemos saber o que é o valor a não ser que as camisas sejam trocadas por sapatos, maçãs, laranjas e assim por diante. Há, portanto, uma relação entre trabalho concreto e abstrato. É através da multiplicidade de trabalhos concretos que surge o padrão de medida do trabalho abstrato.

Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força humana de trabalho em sentido fisiológico e, graças a essa propriedade de trabalho humano igual ou abstrato, ele gera o

valor das mercadorias. Por outro lado, todo trabalho é dispêndio de força humana de trabalho numa forma específica e, graças a essa propriedade de trabalho concreto e útil, ele produz valores de uso. (124)

Note que esse argumento reflete o do primeiro item. A mercadoria singular interioriza valores de uso, valores de troca e valores. Um processo de trabalho particular incorpora trabalho concreto útil e trabalho ou valor abstrato (tempo de trabalho socialmente necessário) numa mercadoria que será o suporte do valor de troca no mercado. A resposta ao problema de como o trabalho especializado ou “complexo” pode ser reduzido ao trabalho simples é parcialmente fornecida no item seguinte, quando Marx acompanha a mercadoria até o mercado e trata da relação entre valor e valor de troca. Passemos, então, ao item 3.

ITEM 3: A FORMA DE VALOR OU VALOR DE TROCA

A meu ver, esse item inclui uma enorme quantidade de material enfadonho, que muito facilmente pode esconder a importância do argumento principal. Como eu já disse, às vezes Marx veste a beca do contabilista, e o resultado é uma exposição que pode ser absolutamente tediosa: quando isso é igual àquilo e aquilo é igual a isso e isso custa três *pence* e aquilo quinze, o resultado é que outra coisa equivale a... e assim por diante, com o apoio de todo tipo de ilustração numérica. O problema de considerar os detalhes em vez de se concentrar na visão de conjunto – que ocorre com frequência em Marx – aparece potencializado aqui, o que torna aconselhável mostrar como devemos lidar com ele. Tratarei dessa questão em dois níveis: tomarei um argumento simples, técnico, e então comentarei seu significado mais profundo.

O objetivo de Marx é explicar a origem da forma-dinheiro. Diz ele (mais uma vez com a maior modéstia do mundo!):

Cabe, aqui, realizar o que jamais foi tentado pela economia burguesa, a saber, provar a gênese dessa forma-dinheiro, portanto seguir de perto o desenvolvimento da expressão de valor contida na relação de valor das mercadorias, desde sua forma mais simples e opaca até a ofuscante forma-dinheiro. Com isso, desaparece, ao mesmo tempo, o enigma do dinheiro. (125)

Ele realiza essa tarefa numa série de passos desajeitados, começando com uma simples situação de escambo. Eu tenho uma mercadoria, você tem uma mercadoria. O *valor relativo* da minha mercadoria será expresso em termos do valor (o trabalho incorporado) da mercadoria que você possui. Assim, sua mercadoria será a medida de valor da minha mercadoria. Invertendo a relação, minha mercadoria pode ser